

Aristides Gomes Ex-primeiro-ministro

“Portugal fez aquilo que nós todos vimos”

MICAEL PEREIRA

Governou a Guiné-Bissau três vezes. A última, entre 2018 e 2020, terminou de forma dramática, quando foi obrigado a refugiar-se quase um ano na missão das Nações Unidas depois de Umaro Sissoco Embaló ter tomado posse como Presidente e demitido o seu Governo. Vive agora em França, onde é sociólogo e professor. Ao Expresso, numa entrevista feita durante uma passagem por Lisboa, Aristides Gomes explica como o que se passou tem a ver com o narcotráfico e como Portugal foi precipitado ao reconhecer o novo poder em Bissau.

Foi primeiro-ministro quando aconteceram as maiores apreensões de cocaína de sempre na Guiné-Bissau. Como acompanhou esses casos?

Sabíamos que havia circulação de drogas no país. Quando voltei a ser primeiro-ministro, em 2018, a primeira coisa que fiz foi convocar um Conselho de Ministros e tomar decisões indispensáveis para podermos retomar esse combate. Identificámos as variáveis da crise política, económica e social que o país atravessava. Os partidos não se entendiam e o Parlamento não funcionava. Uma dessas variáveis era o tráfico de droga, porque tinha implicações com pessoas no aparelho de defesa e segurança e na classe política. Era necessário tomar medidas consistentes.

Que medidas tomou?

Decidi dar meios à Polícia Judiciária e nomeei a que viria a ser a heroína de tudo isto, a dr.^ª Filomena [Mendes Lopes], magistrada de profissão. Já tinha sido diretora-geral da Polícia Judiciária, mas foi demitida em consequência de uma situação desagradável no âmbito precisamente desse combate.

A diretora da Polícia Judiciária foi demitida por quem?
Pelo Governo chefiado pelo atual Presidente [2016-2018]. Segundo fontes ligadas à PJ, porque estava a fazer o seu trabalho.

Em março de 2019 aconteceu a Operação Carapau, em que foram apreendidos quase 800 quilos de cocaína. Soubemos que houve uma intervenção do gabinete do então Presidente José Mário Vaz nessa operação. Houve tentativas de impedir que os nossos serviços fizessem a apreensão. Mas lá conseguimos.

Confirma que houve um contacto do gabinete do Presidente para que o camião-frigorífico com a cocaína fosse libertado?
Mais do que o gabinete. Mas, enfim...

O próprio Presidente?
Penso que devemos deixar essa parte para a História. Para os historiadores que tiverem de fazer investigação. Para que não se diga que estou a politizar a questão.

Passados seis meses, foi feita a maior apreensão de sempre, com a Operação Navarra. Como aconteceu?

A Operação Navarra foi desenhada no meu próprio gabinete. A origem partiu do SIS, Serviços de Informação do Estado, que eu tutelava enquanto primeiro-ministro. Portanto, foi graças ao trabalho de informação que nos chegou de toda a rede do SIS e que transmitimos à Polícia Judiciária.

Houve pressão política de novo? Não vamos entrar em detalhes... Há sempre pressão nestes casos.

Foi outra vez o Presidente? Não.

Está a falar de pessoas no poder? Podem ter outro tipo de poder, o poder de fazer mal sem passar pela via institucional. Quando houve a cerimónia de posse do novo Presidente [Sissoco, fevereiro de 2020], eu já não tinha poder. Quando retiraram as forças da Ecomib que me protegiam, havia em frente à minha casa traficantes que mandei prender. Não eram pessoas com poder institucional, mas tinham a capacidade de fazer mal.

Que pode dizer sobre os cabecilhas por detrás da Operação Navarra? Há um que ainda está a monte. Saiu do país no momento da operação, não foi capturado, mas logo após a investidura não-institucional do novo Presidente apareceu em Bissau e estava muito mais protegido do que eu.

Como se chama esse indivíduo? Braima Seidi Bá. Foi julgado, mas, estando a monte, voltou. Com proteção militar. Depois fez-se barulho. Escrevi ao secretário-geral das Nações Unidas. E isso agravou a minha situação.

Até que ponto a sua vida foi afetada por estes casos de droga? As apreensões tiveram influência muito negativa para mim. Eu era um primeiro-ministro do consenso. Fui nomeado porque toda a gente estava de acordo, todos os partidos representados na Assembleia e o próprio Presidente. Após essas apreensões, a divergência com alguns partidos da oposição passou a ser visceral.

A que partidos se refere? Ao MADEM. Surpreenderam-me os ataques dos seus dirigentes, minutos depois de termos feito a apreensão da cocaína e a captura dos traficantes. O MADEM e o Presidente da altura fizeram tudo para substituir o meu Governo. Tudo isso na sequência das Operações Carapau e Navarra. Chegámos às presidenciais num clima de grande tensão.

E o que aconteceu nas eleições? Na segunda volta, houve uma situação de litígio. O Supremo Tribunal de Justiça decidiu que a Comissão Nacional de Eleições não preencheu todas as condições para anunciar os resultados. Numa situação de litígio, a voz do Supremo deveria prevalecer. Estávamos à espera de uma decisão final. Foi aí que recomeçaram os problemas. Houve uma guerra no seio



Aristides Gomes foi afastado na sequência das maiores apreensões de cocaína de sempre FOTO CARLOS ISAAC

da própria CEDEAO [Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental], entre fações. Havia chefes de Estado que apoiavam Sissoco e outros que achavam que o assunto devia ser clarificado de forma judicial antes da investidura. Uma missão de magistrados da CEDEAO veio até Dacar, mas não pôde seguir para Bissau. O argumento era que Sissoco já tinha feito a investidura e decidido que as forças da CEDEAO deviam sair.

Sissoco tomou posse à força? Sim. Apesar de não ter a maioria dos deputados presentes para a investidura, contou com o apoio de praticamente todas as Forças Armadas. Essa tomada de posse aconteceu por via da força. Fiz uma reunião com a maioria dos embaixadores. Disse-lhes: há uma tomada de posse em curso, mas não a reconheço, porque o dossiê ainda está no Supremo. E todos concordaram comigo. O embaixador português fez um grande discurso. Depois, o primeiro

decreto que Sissoco faz é a demissão do meu Governo.

E como reagiu a CEDEAO?

Houve lutas internas, mas, com a covid, acabaram por fazer uma conferência virtual e no fim Issoufou declara o reconhecimento de Sissoco. Todos os outros que tinham dito que não reconheciam foram dizendo que registavam o facto de a CEDEAO ter reconhecido o Sissoco. Portugal fez o que todos vimos. Passaram à frente o reconhecimento de Sissoco. Foi recebido em Portugal pelo Presidente e pelo primeiro-ministro.

Há uma fotografia famosa, depois da tomada de posse, com uma série de militares à volta do Presidente. Um deles é o general Indjai. Que papel teve na chegada de Sissoco ao poder? Penso que terá tido um papel importante na construção desse consenso no seio das forças de defesa e segurança para permitir essa tomada de posse. Nessa fotografia está patente a coligação que se fez, de novo entre civis e militares.

Indjai é procurado pela justiça americana por narcotráfico. Não é o único procurado pela justiça nessa fotografia.

Acabou por se refugiar na missão da ONU. Quanto tempo lá ficou? Onze meses, quase um ano. Tinha de haver perseguições contra o primeiro-ministro, a ministra da Justiça, a diretora da Polícia Judiciária, os inspetores que trabalharam nas duas operações. Não podia haver apreensões de envergadura. Quando as forças da CEDEAO saíram do país, fiquei sem segurança. A polícia e a guarda nacional foram a minha casa, para entrar. Foi aí que a CEDEAO e as Nações Unidas,

para evitar o escândalo, tiveram de enviar representantes a minha casa. Disseram-me: “Já não tem proteção e esta gente quer entrar em sua casa, portanto deve sair connosco.”

Como vê a posição de Portugal?

Vi precipitação no primeiro-ministro e no Presidente ao convidarem Sissoco. Ao irem a Bissau. Talvez pudesse haver algum distanciamento que permitisse um papel apaziguador. Embora também nunca aconselhasse Portugal a romper de imediato com um novo regime de Bissau.

Sente que a visita de Marcelo a Bissau no ano passado foi precipitada?

Se essa precipitação tivesse servido para pressionar que os direitos humanos fossem mais respeitados, o professor Marcelo teria tido um papel fundamental. Só que a violação dos direitos humanos continua. Não se pode compreender que indivíduos sejam levados à presidência para serem torturados e que jornalistas sejam raptados e espancados.

Sissoco está ligado a esses casos? Diretamente. Os militantes do MADEM que criticaram Sissoco foram levados ao palácio e torturados pelo protocolo do Presidente. Gostaria que o professor Marcelo tivesse um papel em travar isto. Portugal tem uma certa responsabilidade, tendo em conta a história do relacionamento entre nós. Veria com bons olhos Marcelo dizer que o Presidente da Guiné-Bissau devia ter mais atenção aos direitos humanos. Não havendo isso, a relação entre nós fica um pouco esvaziada.

mperreira@expresso.imprensa.pt

Esta entrevista faz parte de um projeto de investigação produzido em parceria com o Pulitzer Center e com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

“
TINHA DE HAVER PERSEGUIÇÕES CONTRA O PRIMEIRO-MINISTRO, A MINISTRA DA JUSTIÇA, A DIRETORA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA
”